

**A EDUCAÇÃO DIANTE IMPOSIÇÕES SOCIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE  
GÊNERO, SEXUALIDADE A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE**

**EDUCATION BEHIND SOCIAL IMPOSITIONS: A REFLECTION ON  
GENDER, SEXUALITY A PARTY OF A TEACHING EXPERIENCE**

Kleber Villaça Pedrosa <sup>1</sup>, Jéssica Brito <sup>2</sup>, Lenita Leite de Oliveira Fernandes <sup>3</sup>

<sup>1</sup> NUTES/UFRJ, kleberbioufrj@gmail.com

<sup>2</sup> NUTES/UFRJ, jessica.bio@live.com

<sup>3</sup> NUTES/UFRJ, lenitaleite@ymail.com

**RESUMO**

As instituições de ensino testemunham manifestações de preconceitos sociais, sexistas interiorizados nas práticas culturais e contexto social atravessado por relações assimétricas de poder. Isso se agrava quando há falta de reflexão, crítica e assistência educacional pautada pela ética democrática e dos direitos humanos. O presente trabalho propõe uma discussão sobre sexualidade no campo da educação diante imposições sociais observadas a partir de uma experiência docente em aulas de biologia em uma escola no município de São Gonçalo, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Básica, Ensino de Ciências, Educação Sexual.

**ABSTRACT**

Teaching-witness institutions are manifestations of social, sexist, and inner prejudices in cultural practices and social contexts through asymmetric relations of power. This is when there is a lack of reflection, criticism and educational assistance based on democratic ethics and human rights. The present work was a discussion about sexuality in the field of advanced education in exhibitions observed from a teaching experience in a biology class at a municipal school in São Gonçalo, Metropolitan Region of Rio de Janeiro, Brazil.

**Keywords:** Basic Education, Science Teaching, Sexual Education.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dialoga com o campo dos estudos sobre gênero, sexualidade e educação sexual. Diferentes sujeitos e construções culturais se fazem presentes no interior da escola e pensar sobre essas interações nas relações sociais nos ajudam refletir sobre igualdade, desigualdade e diferença social. Logo, falar sobre diversidade/diferença sexual e relações de gênero, sob uma perspectiva reflexiva e emancipatória educacional, estende contribuições nas discussões sobre cultura e interculturalidade. Os significados de sexualidade e educação sexual são distintos. De acordo com Maia e Ribeiro (2011) e Foucault (1988) a sexualidade contextualiza componentes sociais e psicológicos diante o aparato histórico e social sobre fatos, sentimentos e percepções associadas ao sexo ou vida sexual historicamente e espacialmente construído. Já educação sexual, aborda o direito a informação sobre sexualidade, relacionamento sexual, corpo e reflexão sobre sentimentos, tabus, valores atravessadas pelo sexo, ultrapassando assim o ensino de biologia.

Ao falar sobre gênero nos inclinamos não meramente no seu sentido biológico, mas como organização social da diferença sexual, o que nos leva a refletir em torno de uma maior compreensão do processo cultural e histórico do sujeito homem e mulher enquanto identidades sociais na constituição do sujeito (MADUREIRA, 2007). Essas identidades carregam poder, resistência e opressão que atravessa todos os níveis sociais (FOUCAULT, 1988).

Diante disso, tencionamos uma discussão a respeito dos instrumentos de poder a partir de imposições sociais que produzem significados e como esses significados podem ser revelados em conflitos de gênero. Assim, detectar e revelar crenças e práticas que limitam a liberdade humana, igualdade e justiça na construção de uma sociedade mais livre e justa e políticas educacionais não diretivas que proponha a educação da sexualidade dentro do ambiente escolar se desenvolve, portanto, com a promoção da emancipação da sexualidade humana. Diante disso, nos propomos relatar uma experiência docente, a partir de uma aula de educação sexual nas aulas de biologia em uma escola no município de São Gonçalo do estado do Rio de Janeiro, a fim de que possa revelar indicativos educacionais e linguísticos que nos ajude a identificamos a problemática: De que forma conflitos de gênero podem ser gerados a partir das imposições sociais aos estudantes de uma escola em São Gonçalo?

O campo da educação se construiu como um espaço normalizador, disciplinador e reprodutor de desigualdades instituindo hierarquizações e marginalizações, sendo indispensável questionamentos e indagações das relações de poder, fundadas diante a naturalização e imposição da norma, inviabilizada nessa dinâmica. Buscaremos refletir, no campo da educação sexual, sobre uma das mais diversas temáticas abordadas e atravessadas pela escola, em que, há que se reverem os conceitos exclusivistas de planejamentos arraigados nas teorias tradicionais de currículos. É preciso problematizar os conteúdos ensinados nas escolas, suas metodologias e tecnologias. Dentre eles, estão as questões de gênero e suas imposições, discutidas no presente trabalho, que dialoga com a teoria crítica tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social.

## **MÉTODO**

O campo de experiência feita nos anos de 2015 e 2016 foi uma escola situada no município de São Gonçalo, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. Fundada na década de 90, e desde então, vem se expandindo estruturalmente e institucionalmente. O Projeto Político Pedagógico da escola visa desenvolver diferentes competências e qualidades nos alunos, contudo, essa perspectiva de desenvolvimento é consideravelmente direcionada para as atribuições exigidas pelo atual mercado de trabalho e outras questões podem passar despercebidas. A comunidade escolar conta com volumoso corpo docente, diversos coordenadores e diretores educacionais, atende ao público do Ensino Fundamental I e II com maior expressividade de alunos no Ensino Médio. Muito dos alunos que ajudaram a compor essa experiência docente ingressaram na instituição desde o Ensino Fundamental II e permaneceram até o último ano do Ensino Médio, entendemos, portanto, como significativas e representativas as experiências construídas e vivenciadas na referida escola.

A temática sexualidade é abordada dentro do currículo de Biologia do terceiro ano do Ensino Médio com temas que abrangem todo o conteúdo do ensino médio, seguindo uma lógica de revisão dos conteúdos. Um dos tópicos do planejamento é: Sistemas Reprodutores e Embriologia, ressignificado pelo(a) professor(a) como “Sexualidade: desdobramentos e diversidade nos corpos humanos”, elaborado nas seguintes abordagens: (i) (re)conhecendo o corpo humano : anatomia e fisiologia na identidade sexual (corpo, sistema nervoso, sistema sensorial, estímulos); (ii) relações sexuais: interações e seus desdobramentos, além da perspectiva heterossexista, binária

(preservativos, doenças sexualmente transmissíveis); (iii) reprodução e seus desdobramentos (prós e contras de métodos anticoncepcionais, gravidez, embriologia, aborto, saúde e responsabilização da mulher). As aulas de Biologia contemplaram turmas do último ano do Ensino Médio (3ª Série), sobre o ensino do tema “Sexualidade: desdobramentos e diversidade nos corpos humanos”.

Segundo Macedo (2005), no ensino de ciências e biologia, em livros didáticos, o ser humano é exposto apenas aos pedaços, perante uma abordagem totalmente fragmentada, apresentando aos alunos órgãos e funções dos sistemas de forma desconexa, relacionando o corpo humano sob uma perspectiva mecanicista e utilitarista, ou seja, como uma máquina que funciona devido à interação de suas partes. Ainda em concordância com Macedo (2005), a educação sexual nas disciplinas de ciências e biologia é apresentada se restringindo numa dimensão biológica enfatizando reprodução, métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis. Essa perspectiva não abarca as ansiedades e curiosidades dos jovens, não sendo convidativa aos alunos para aproximação e identificação do próprio corpo, além de não incluir as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo. Essa visão reducionista do corpo humano da mesma maneira, diante uma abordagem da sexualidade circunscrita biologicamente pode ser uma cilada quanto à manutenção e propagação de preconceitos, normas e generalizações de um corpo universal.

Entende-se que a sexualidade de uma pessoa se compõe de quatro fatores principais: sexo biológico, orientação sexual, papel de gênero e identidade sexual, que se combinam de diferentes maneiras em cada um. Além disso, é importante considerar também que dentro de cada fator, haja pluralidades multidimensionais. Na segunda e terceira semana foi realizado um sistema de perguntas anônimas em uma urna que impulsionou discussões a partir respostas. Na segunda semana, os alunos tiveram espaço de dúvidas e questionamentos gerais para o conteúdo já discutido, enquanto na última semana as perguntas emergiram por questionamentos proposto pelo próprio corpo discente. Assim, os alunos decidiram que as perguntas geradoras para a urna de respostas anônimas seriam para os meninos: O que você já teve que fazer por ser homem? E para as meninas: O que você já deixou de fazer por ser mulher? As respostas foram coletadas, revisadas e interpretadas a fim de atingir possíveis desdobramentos, potencialidades e conclusões dessa prática docente. Diante disso, propomos discursar sobre a instituição escolar em sua função social no enfrentamento de preconceitos a

discriminações a partir de um recorte de possíveis imposições sociais que podem atuar e acentuar conflitos de gênero, como: heterossexismo, machismo, papel de gênero e binarismos perante essa experiência docente em consonância com as significações de jovens em sala de aula.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi obtido nos dois anos de experiência docente um total de 250 respostas dessa atividade, no entanto, com mais participação das meninas do que os meninos. As respostas que emergiram na última semana da experiência docente, independente do ano, revelaram uma homogeneidade quanto ao texto, incorporação e contexto do discurso. Para os alunos, há sinalizações de fortes imposições em iniciar a vida e práticas sexuais de modo prematuro mesmo sem vontade pessoal. Além disso, pressões morais e psicológicas sob uma postura de orientação heterossexista e machista, em que, é inaceitável contato com homossexuais, gesticulações sutis e educadas por traduzir algo considerado feminino, mais ainda, ter que partilhar discursos hegemônicos e imperativos que rejeitam relações afetivas romantizadas e de supremacia feminina por medo de rejeição, exclusão e até mesmo juízo contrário por grupo de amigos, familiares e/ou universo masculino hegemônico. Já as alunas, mais assíduas na participação da pergunta geradora, manifestaram sofrerem vigilância em seus discursos, vestuário, comportamentos, gesticulações e companhias em quaisquer locais, principalmente os públicos. Revelaram também o silenciamento ou descaso com suas opiniões pessoais. Conjuntamente, apontam repressão por parte dos familiares em se locomover sem companhia somada ao temor de tentativas de assédio e estupro. Além disso, há um silenciamento com elas quando o assunto é sexualidade e seus desdobramentos. Assim, com essa experiência docente, revelamos como aparece no ambiente escolar forte vigilância de gênero e heterossexismo.

Mirando fomentar a discussão, trazemos a ciência crítica da educação preocupada com as condições sociais, culturais e econômicas que produzem certa seletividade no processo de ensino e organização do currículo. Um dos temas centrais da teoria crítica é o estudo da linguagem como veículo de controle e a dominação social, a visão feminista se concentra na construção da consciência como uma forma de crítica da dominação sexológica (Medina, 1996).

A teoria crítica pode caracterizar-se por sua consciência crítica, que denuncia experiências vividas que podem estar distorcidas por uma falsa consciência e ideologia (SCHWANDT, 1990 apud ESTEBAN, 2010, p. 68). Sob esse ponto de vista, trata-se, portanto, de detectar e desmascarar as crenças e práticas que limitam a liberdade humana, justiça e igualdade que podem parecer utópicos, mas os pensadores que adotam essa postura acreditam que a luta por alcançá-los tem um valor que, de alguma forma, pode conduzir a uma sociedade mais livre e justa que a atual. Os movimentos sociais são canais fortes de intervenção no social e de pressão, não obstante a diversidade de suas demandas. A conscientização se faz por várias facetas; ignorar qualquer uma delas é incorrer no risco de um dogmatismo estéril, porque distanciado das questões da atualidade em função de um “ideal” socialista.

O campo da educação se construiu como um espaço normalizador, disciplinador e reprodutor de desigualdades instituindo hierarquizações e marginalizações, sendo indispensável questionamentos e indagações das relações de poder, fundadas diante a naturalização e imposição da norma, inviabilizada nessa dinâmica. No sentido empregado, normalizador significa eleger uma identidade como parâmetro, atribuindo todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras só podem ser avaliadas de forma negativa, submetidas em uma hierarquia (Silva apud Junqueira, 2000, p.83). A identidade de gênero tem um princípio disciplinar fundamental em que a heteronormatividade estabelece a heterossexualidade como princípio regulatório da sexualidade. No campo da educação, a escola se mostra historicamente e culturalmente como instituição responsável na (re)afirmação das normas, vigilância e imposições de gênero sob uma perspectiva dita heteronormativa, empenhada na garantia no êxito dos processos de heterossexualização. O termo heteronormativo oculta o caráter político da regra disciplinar. De tanto ser repetido, o termo termina ganhando status de “natural” e, portanto, de “universal”. Assim, enquadra qualquer pessoa dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, e a heterossexualidade é considerada como sendo a única orientação sexual normal. No entanto, é válido dialogar com o termo heterossexismo, já que denota uma atitude hegemônica de preconceito, discriminação, negação contra toda sexualidade que não seja a heterossexual e de que a heterossexualidade é superior e mais desejável do que as demais orientações sexuais, constituindo dessa forma, uma forte imposição social.

Políticas educacionais voltadas a promover a cultura dos direitos humanos e reconhecimento da diferença e da diversidade sexual são marcadas por disputas linguísticas, sociais, políticas, institucionais, econômicas que exercem forte potencial no campo escolar, à sua cultura e relações de poder. Isso se reflete em tensões na produção e processos de (des)legitimação de saberes, práticas, agendas políticas e educacionais em torno de vários campos da escola, currículo, livros didáticos, sociedade, laicidade entre outros (Junqueira, 2003). Para que haja condições no campo escolar que tentem desequilibrar a produção de hierarquias, opressões e clivagens sociais em respeito à diferença e diversidade da sexualidade é indispensável mobilizações sociais. Problematicar e discutir diferença e diversidade sexual em práticas educativas representa reconhecer e legitimar múltiplas e dinâmicas formas de expressão, identidades, corpos, práticas e sujeitos para que a escola possa cumprir sua função social, eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal. Nesse sentido, o processo educacional apoiado em ações dialéticas não heterossexistas voltadas a problematizar esse cenário são confundidas e objetivadas como propaganda, o que se contradiz, pois somos submetidos a processos de construção de corpo e identidades heterossexistas.

A educação sexual é apoiada como tema transversal de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1998), que no trabalho escolar preocupações contemporâneas correlacionadas com questões sociais são relevantes, logo a necessidade de sua problematização e análise, incorporando-as como temas transversais: orientação sexual e a sua necessidade de discussão. De acordo com redação nos PCN, as manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são direções mais oportunistas pelos profissionais da escola diante o nível de tensão que essa temática atravessa. No entanto, todas essas questões são trazidas pelos alunos para dentro da escola. Diante disso, o exercício de orientação sexual dentro do ambiente escolar se desenvolve, portanto, com a promoção da saúde de jovens e adolescentes, entendendo a educação sexual ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integre as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto.

Apoiado em Freire (2014), o exercício docente deve abraçar uma educação adversa ao modelo positivista de ensino, comprometida em desvelar o sistema de exploração vigente, entendendo o sujeito como agente transformador da própria história e atuante na transformação social. Assim, a escola carregada uma função social de senso

democrático e crítico, como espaço de transformação para além da dominação dos interesses hegemônicos, visto que, não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica, a questão que nasce no espaço escolar é refletir e revelar se essa ideologia é inclusiva ou excludente (Freire, 2014).

As questões de gênero relacionam-se de forma direta com as concepções dos papéis e comportamentos “esperados” de homens e mulheres, estabelecendo regras como se fosse uma coisa natural do indivíduo e não uma questão estabelecida pela sociedade, determinando que o indivíduo deva viver de acordo com sua natureza sexual, significando, assim, que desejos, comportamentos e valores sociais estão diretamente ligados às questões de gênero. O que cabe, ou não, a mulher e ao homem, como apontado por Guimarães (2010).

A ideia da distinção entre atividades femininas e masculinas é encontrada no discurso de outros autores, como de Carloto (2001), que tal distinção ter produção nas esferas domésticas e públicas e que o afastamento feminino de seu lugar natural, a esfera doméstica, é, na maioria das vezes, interpretado como uma violação da moral vigente, sendo uma consequência da exploração capitalista que obriga a uma produção de renda maior para garantir o consumo e assim, sustentar o sistema capitalista que tem sua base na exploração.

Segundo Louro (1998) a preocupação da escola, ao longo dos tempos, tem sido “disciplinar e normalizar os indivíduos”, exercendo o papel de um dos principais meios de regulação e formação de identidades. Contudo, sendo o professor, um mediador junto aos estudantes, espera-se que ele traga temas e informações, contextualizando-as e promovendo discussões e problematizações possíveis de abrir novos olhares e caminhos para que o estudante tenha oportunidade de ampliar sua visão e seus conhecimentos. Não deixando passar que, a escola é um meio de socialização entre as crianças, auxiliando na difusão sociocultural, o que inclui as relações de gênero, desconstrução de práticas de desigualdades como também de produção de preconceitos e discriminações, como discursa Louro (1997).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Discursar sobre educação sexual é ir além de uma visão positivista sobre sexo e seus desdobramentos. Dentro dessa temática, podemos colocar como um dos papéis da escola o de desmistificar as diferenças e preconceitos em relação ao sexo, para isso

deve-se entender as diferenças de gênero, como são formados, como são legitimadas ao levar os estudantes a uma identificação ou diferenciação baseadas nas características valorizadas e/ou (pré)determinadas socialmente. Por tanto, nosso objetivo foi refletir a partir de experiência educativa envolvendo determinações sociais sobre imposições de gênero a fim de entender de que forma conflitos de gênero podem ser gerados a partir das imposições sociais em vigilâncias, objetificações e distinções de gênero aos estudantes de uma escola. Como também, no enraizamento na produção de regimes de verdades e economia de (in)visibilidades.

Essa experiência e relato docente evidencia que a organização curricular prevê espaços para abordagem de uma educação sexual mais ampla, contextualizada com demandas educativas contemporâneas comprometidas com uma educação de inclusão e não exclusão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOTO, CÁSSIA MARIA. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

DINIZ JUNQUEIRA, Rogério. A educação frente à diferença/diversidade sexual. *Revista Educação: Teoria e Prática*, v. 23, n. 44, 2013.

ESTEBAN, M. P. S. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Tradução de Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Therezada Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUIMARAES, L.C. Relações de gênero na prática educativa. Monografia da UFMA. 2010.45p.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.

MADUREIRA, Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática. Brasília, DF, 2007.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P.R.M. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011

**V Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente  
Niterói/RJ, 2018**

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Fundamental, 1998a.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental, 1998b.

SANDIN ESTEBAN, Maria Paz. Pesquisa qualitativa em Educação: fundamentos e tradições. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.